

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.997 - SC (2020/0021510-0)

AGRAVANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : MÁRCIO RUBENS PASSOLD - SC012826
FELIPE SÁ FERREIRA - SC017661
ALEXANDRE NELSON FERRAZ - SC036530
SOC. de ADV. : ALEXANDRE N. FERRAZ & CICARELLI ADVOGADOS ASSOCIADOS
AGRAVADO : MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS
PROCURADOR : MARINA DAMASCENO DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC037440B

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SAFRA S A, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim ementado:

APELAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL JULGADOS IMPROCEDENTES. INSURGÊNCIA DO BANCO. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DE NULIDADE DAS CERTIDÕES DE DÍVIDA ATIVA, ANTE A AUSÊNCIA DE DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS DÉBITOS E DAS CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. TESE IMPROFÍCUA. EXIGÊNCIAS NÃO PREVISTAS NA LEI Nº 6.830/80. APONTADA IRREGULARIDADE DAS MULTAS APLICADAS PELO PROCON, OBJETO DA EXECUCIONAL. TESE NÃO SUBSISTENTE. INEXISTÊNCIA DE PROVA PARA DERRUIR A RECONHECIDA ABUSIVIDADE. IMPOSITIVA MANUTENÇÃO DA COBRANÇA.

"A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez, cujo ônus de ilidi-la é do contribuinte, cabendo a ele, ainda, a juntada do processo administrativo, caso imprescindível à solução da controvérsia. 2. 'A despeito da possibilidade de o magistrado determinar a exibição de documentos em poder das partes, bem como a requisição de processos administrativos às repartições públicas, nos termos dos arts. 355 e 399, inc. II, do CPC, não é possível instar a Fazenda Pública a fazer prova contra si mesma, eis que a hipótese dos autos trata de execução fiscal na qual há a presunção de certeza e liquidez da CDA a ser ilidida por prova a cargo do devedor'. (STJ, REsp nº 1.239.257/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 31/03/2011). [...]. (STJ, REsp nº 1627811/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, j. 21/02/2017, p. 27/04/2017).

PLEITO PARA AFASTAMENTO DA TAXA SELIC COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO DO DÉBITO FISCAL. RECHAÇO. APLICAÇÃO AUTORIZADA PELO ART. 473 DA LEI MUNICIPAL Nº 5.054/97. NÃO INCIDÊNCIA DE INDEXADOR DE ATUALIZAÇÃO. MONETÁRIA CUMULATIVAMENTE À SELIC NO TÍTULO

EXECUTADO. VEREDITO MANTIDO.

[...] O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.111.175/SP (DJe 01/07/2009), recurso representativo de controvérsia, sedimentou o entendimento de que é devida a aplicação da Taxa SELIC, tanto na atualização monetária de débitos tributários quanto na dos créditos fiscais (princípio da isonomia das relações tributárias). Por força do disposto no art. 37-A da Lei nº 10.522/02, incluído pela Lei nº 11.941/2009, esse critério deve ser aplicado também aos créditos de natureza não - tributária" (TRF4, AC nº 5002435-10.2015.404.7202/SC, Rel. Des. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, j. 28/09/2016).

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

No recurso especial, o recorrente aponta como violados os arts. 57 da Lei n. 8.078/1990 e 24 do Decreto n. 2.181/1997, sustentando, em síntese, que o valor da multa aplicada é desproporcional à conduta praticada pelo contribuinte.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que negou seguimento à parcela do recurso especial que versava acerca do Tema n. 958/STJ e inadmitiu a matéria recursal remanescente com base na Súmula n. 7 do STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

A Presidência do Tribunal de origem, à fl. 192, proferiu decisão monocrática que atestou a preclusão da parcela do recurso especial referente ao Tema n. 958/STJ, em virtude da ausência de impugnação por meio de agravo interno.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Verifica-se que a irrisignação do recorrente, acerca de suposta exorbitância no valor da multa aplicada, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que o contribuinte não logrou êxito em comprovar a desproporção entre o montante financeiro da sanção imposta e a conduta ora penalizada.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator